
**“Uma questão de mérito?”:
privilégios raciais e relações de poder na universidade**

Renata Nascimento da Silva

Resumo: O presente trabalho visa problematizar o papel da meritocracia no ambiente universitário, a partir da discussão em torno de sua aplicabilidade e de seu uso como dispositivo na manutenção de poder. Parte-se da ideia de que há estratégias e códigos comunicacionais que atravessam a trajetória do aluno negro, no momento em que este decide pleitear o seu lugar na universidade. Tal premissa nos leva a considerar o papel da meritocracia como dispositivo que visa sustentar os privilégios raciais (as relações de poder) dentro deste espaço.

Palavras-chave: Meritocracia, Dispositivo, Relações de Poder, Racismo.

De acordo com Jacques Rancière (2014), “não vivemos em democracia”, mas submetidos à lei de exceção do governo. Vivemos num Estado de direitos oligárquicos, isto é, em um Estado no qual o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais. As liberdades dos indivíduos são respeitadas – à custa de notáveis exceções, como as ações respaldadas para proteção de fronteiras e segurança do território (RANCIÈRE, 2014) –, ou seja, todo cidadão é livre para fundar um jornal, mas sem ajuda financeira, haverá dificuldades em sobreviver por muito tempo; o direito à manifestação é garantido, mas a discordância ao governo também pode ser vista como ato terrorista; a administração não é corrompida, mas os contratos públicos podem se confundir com os interesses do partido dominante.

Nesse sistema, a liberdade não se constitui como dádiva dos oligarcas, mas é um direito conquistado por força da ação e “paixão democrática”, as quais proporcionam à minoria¹ força de oposição à máquina oligárquica e lhes asseguram suas individualidades (respeito às diferenças) – o que, por vezes, incomoda os grupos que estão no poder.

Na medida em que as minorias lutam pela liberdade e manutenção dos direitos democráticos o impulso de transformação expande-se para todas as esferas sociais. (SODRÉ, 2013) Esse desejo de transformação implica buscar a garantia dos direitos humanos, a liberdade de expressão dos seus valores, o respeito às diferenças e à

¹ Neste trabalho denominamos minoria grupos sociais que lutam contra a imposição dos valores hegemônicos dentro da sociedade civil - os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas (SODRÉ, 2013).

participação de seus membros nas instâncias decisórias de poder. Visa, enfim, à transformação dos fluxos sociais estabelecidos.

A aceitação das diferenças e a luta pelo poder supõem, no caso das minorias, a sua participação nas instâncias decisórias do poder para obtenção de voz ativa. A partir do momento, porém, em que esses grupos minoritários tentam romper com o sistema estabelecido, as ações de ódio – racismo, incitação ao ódio, discriminação sexual – se organizam como dispositivo de contenção ao fluxo de mudança, objetivando deslegitimar e impedir o aparecimento de “novas vozes” passíveis de conflagrar disputas ideológicas. Assim sendo, “(...) minoria é uma recusa de consentimento, é uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra hegemônica no círculo fechado das determinações societárias.” (Sodré, 2005, p.12).

Conforme Stuart Hall (2013), a sociedade atual, por conta de fatores culturais econômicos, e políticos sente-se fascinada pelas diferenças sexuais, raciais, culturais e, sobretudo, étnicas. Por outro lado, esse tipo de diferença segue o jogo do “esconde-esconde”, em que certos aspectos são silenciados por força de interesses, enquanto outros são convidados a serem vistos – “... as formas de autorização do olhar à que esta proliferação da diferença convida e permite, ao mesmo tempo em que rejeita...”

Hall (2013), ao apontar as “formas de autorização do olhar”, faz uma crítica à cultura norte-americana, que escolhe dentro daqueles grupos quais diferenças podem ganhar visibilidade; no entanto, as peças escolhidas por vezes seguem “(...) um tipo de diferença que não faz diferença alguma” (RANCIÈRE, 2014, P. 320). Essa escolha evidencia o poder hegemônico, determinado por relações de poder hoje travadas tanto na cultura popular quanto em outro lugar qualquer. A manutenção de uma ordem vigente (poder) não é estável nem tampouco uma questão de vitória ou dominação, mas um jogo no qual são escolhidos quem e o que podem “ser vistos ou não”; quais configurações e disposições que neste momento interessam ao poder. Em certa medida, a mudança tem a ver com o asseguramento do poder, uma estratégia capaz de assegurar privilégios determinados e de deslocar as disposições de poder sem mexer na estrutura.

Desta maneira, determinados grupos em busca de manter o seu poder tendem a se organizar suprimindo os limites individuais, por meio de dispositivos que lhes assegurem o controle, a ordem e a organização de instituições que finalizem na expansão ilimitada das instâncias de poder, o que por vezes, torna impraticável a suplementação da democracia e da igualdade. Conforme Rancière, (2014), a pressuposição de igualdade na

sociedade apresenta as relações de privilégio como constructos históricos cuja origem está situada numa relação que a princípio é igualitária, no sentido de ser travada entre entes que a priori são iguais. Ou seja, qualquer indivíduo possui a possibilidade de universalizar-se, pois todos são iguais. No entanto, ao observamos o sistema educacional brasileiro, por exemplo, notamos certa homogeneização do ethos universitário, o que expõe a contradição por detrás do conceito de igualdade, defendido pelas elites na medida dos benefícios que lhes rende.

Por outro lado, sabe-se que a igualdade não é uma fabulação, mas, sim, a mais banal das realidades (RANCIÈRE, 2014). No entanto, o que faz com que os sujeitos não consigam viver em situação de igualdade? Seria possível a construção de um Estado democrático e igualitário, tendo em vista o fato de que os privilégios sociais são originários da desigualdade fabricada pelos grupos dominantes? Qual é o papel das instituições na manutenção da igualdade?

Segundo Rancière (2014), as vantagens que geram a desigualdade são fabricadas e para operarem precisam se legitimar socialmente, tendo por base leis, instituições e costumes aceitos ou tolerados pela comunidade. Por meio desta perspectiva, podemos considerar o conceito de biopoder de Michel Foucault, segundo o qual o racismo pode ser considerado como uma estratégia de exercício de poder sobre determinados corpos sociais. Mediante essa estratégia, o Estado desvaloriza e marginaliza segmentos da população, assim como justifica ações que podem ser plausivelmente consideradas alvos privilegiados do racismo de Estado.

Recorrendo a esses expedientes, o Estado respalda suas ações, limita a atuação dos sujeitos e atua como gerenciador das ações humanas. “Não vivendo em democracia” (RANCIÈRE, 2014, P.320), como apresentado anteriormente, os representantes hegemônicos, com a finalidade de manter as relações de poder e criar uma nação produtiva, precisam criar dimensões estratégicas como o racismo, a fim de hierarquizar os grupos, assegurar a continuidade de determinados instâncias de poder e permitir a exploração de determinados segmentos populacionais como força produtiva.

Segundo Foucault (2005), as relações de poder são instáveis, “Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (Foucault, 2005, p. 241). Ou seja, as relações de poder não são fixas ocorrendo a partir de discursos, organizações, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, os quais tendem a reforçar o poder.

Esses elementos são vistos como dispositivos: um conjunto decididamente heterogêneo que engloba diversos elementos, conforme o autor explicita no trecho abaixo:

organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000, p. 244).

Tendo em vista a definição de Foucault, nota-se que um dispositivo, em sua função estratégica, inscreve-se sempre numa relação de poder, pois é um conjunto heterogêneo que abarca diversos elementos. Não se trata de um termo particular, que se refere somente a esta ou àquela tecnologia, mas a uma classe de elementos que constitui uma rede de algum modo capaz de capturar, orientar, determinar, controlar e modelar as condutas e as opiniões dos indivíduos, modos de ser, de viver e estar no mundo. Deste modo, a partir das finalidades estratégicas dos dispositivos em assegurarem as relações de poder, conclui-se que a meritocracia pode ser considerada um dispositivo que sustenta os privilégios raciais (as relações de poder) de um determinado grupo social.

Segundo Barbosa (2003), a meritocracia, em termos ideológicos, pode ser definida como conjunto de valores que visa à valorização do mérito de cada indivíduo dentro da sociedade. Ou seja, o reconhecimento público da qualidade das realizações individuais. O termo pode ser interpretado, a partir de duas dimensões. No âmbito das discussões políticas e organizacionais, seria um conjunto de valores que rejeita privilégios hereditários e corporativos e que avalia e valoriza os indivíduos independentemente da sua trajetória pessoal. Numa outra interpretação, o critério básico de organização social deve ser o desempenho das pessoas, ou seja, o conjunto de talentos, habilidades e esforços de cada um. Dessa maneira, nota-se que o termo apresenta dimensões positivas e negativas; suscita paradoxos, dilemas e em certa medida funciona como um dispositivo que visa impedir privilégios, nepotismo e fisiologismo.

Todavia, seria possível a existência da meritocracia dentro de uma sociedade em que os sujeitos são tratados como diferentes em virtude da sua cor? Seria possível a construção de um sistema meritocrático no qual as disputas entre negros e brancos ocorressem em “pé de igualdade”, tendo o racismo como um elemento social? Seria possível uma sociedade operar sobre o ditame meritocrático, sendo este organizado e construído historicamente por uma hegemonia racial e social sistêmica que contam com posições de vantagens, as quais passam por políticas estéticas normatizante, base familiar

sólida e prestígio? Assim, é válido perguntar em que aspecto a meritocracia é utilizada para assujeitar os corpos a determinados padrões estéticos, comportamentais e epistêmicos?

E, ainda, até que ponto, a meritocracia fortalece os privilégios, os mecanismos de exclusão racial, bem como fomenta o ódio racial, enquanto reforça relações de poder?

Pois bem, a partir das contribuições de Livia Barbosa (2003), conjecturamos que a meritocracia só existe devido às desigualdades históricas, pois toma para si as categorias de reparação e restituição. Daí a reflexão, de que a meritocracia ao mesmo tempo em que busca a igualdade –, pois avalia as pessoas pelas suas trajetórias, biografias sociais e méritos individuais independentemente dos privilégios que carregam – também desconsidera variáveis sociais e estruturais que impedem determinados grupos de participar de uma avaliação isenta. Dessa forma, esse dispositivo levanta questões pertinentes à Filosofia do Direito, Filosofia Política e Justiça Social.

Segundo Muniz Sodré (2015), os argumentos meritocráticos dos intelectuais que se baseiam no mérito individual têm por objetivo preservar a distribuição interna de base:

O mérito individual não é uma variável independente dos mecanismos de reprodução da lógica patrimonialista, aliás, perfeitamente afinada com a forma social escravagista. A pele clara sempre foi e continua a ser uma vantagem patrimonialista na hierarquia dinâmica das classes sociais brasileiras. (SODRÉ, 2015, p. 348)

O individualismo meritocrático torna-se problemático em uma sociedade estruturada na segregação racial escravagista, e que atualmente cedeu lugar ao neoliberalismo; situação em que os sujeitos estão condenados à aprendizagem por toda a vida, à flexibilidade, ao reino do curto-prazo, a fim de atender às expectativas feitas pelo mercado de tornar-se um outro. Essa “tradução” em um “outro”, deve seguir ideias normativas, modeladas pelos grupos hegemônicos. As ideias desviantes, que não estão dentro da norma, são julgadas como desvio patológico, são rejeitadas, escrachadas, colocadas como ridículas dentro dos diversos campos da sociedade (religioso, científico, cultural e político). (MORIN, 2000)

A aplicação da “normatização” pertencente ao discurso meritocrático, num espaço racialista e classista, apresenta-se como uma imposição àquelas representações sociais e culturais encaradas de forma depreciativa, dado que a conduta e a atitude que serão assimiladas pertencem ao grupo dominante, não só sob o ponto de vista estético, mas também cultural e epistêmico. (VANNUCHI, 20017). Por conseguinte, o *modus operandi* da meritocracia brasileira, por envolver adaptação da minoria à maioria, deve ser visto

atentamente. No interior desse modo de operação, podemos considerar a presença da “normatização” e da “igualdade” como elementos que se articulam à “branquitude” e ao “mito da democracia racial”, formando uma triangulação de forças que buscam a manutenção dos privilégios de determinados grupos raciais dominantes.

Pois bem, a partir das contribuições de Livia Barbosa (2003), da utilização da meritocracia como conjunto de pressupostos “universais” visando organizar o âmbito político ou/e o âmbito organizacional/administrativo, e que, hoje, em geral, dentro das sociedades está associado a uma aristocracia de talento e intelecto – acadêmicos, produtores de conhecimento e informação, profissionais liberais, elites gerenciais – legitimada pelos diplomas universitários, cabe indagar: quais os grupos racializados que estão fazendo uso desse dispositivo para obtenção de diploma?

Segundo os dados disponibilizados pela “Raça e Gênero na Pós-Graduação na Universidade Federal Fluminense”², financiada pelo CNPq. A presença negra nos corpos discentes de mestrados e doutorados em filosofia no Brasil cresceu. Considerando apenas estudantes com raça/cor declarada, a área saiu dos míseros 20,3% para 31,9% entre 2017, primeiro registro do quesito pela Capes, e 2022, dados mais recentemente consolidados.

No entanto, os pesquisadores da pesquisa frisam que devemos ter cautela com essa boa notícia. Isso porque, segundo o último censo (2022), pretos e pardos somam hoje 55,5% da população brasileira. Portanto, há ainda uma defasagem enorme a superar. Atualmente, na grande área das ciências humanas, a filosofia está à frente apenas da psicologia (30% de discentes negros). E ambas se encontram muito distantes de áreas como antropologia/arqueologia (45,7%), educação (42,3%) ou história (45,2%).

Esse avanço do corpo negro dentro das instituições, em certa medida, é fruto das políticas de cotas raciais. Apesar do debate maniqueísta e dos ânimos acirrados veiculados pela mídia dividindo os cidadãos em contrários e favoráveis às cotas raciais (MARTINS, 2018), esta põe em evidência o racismo estrutural da sociedade brasileira, visibilizando a realidade sócio-histórica da população negra brasileira – o período de escravidão e o pós-abolição – que não garantiu aos ex-escravizados uma perspectiva cidadã de acesso a saúde, educação, habitação, entre outras garantias fundamentais.

² Informação disponível em: <https://diplomatie.org.br/lugar-de-negro-na-pos-graduacao/#:~:text=A%20presen%C3%A7a%20negra%20nos%20corpos,2022%2C%20dados%20mais%20recentemente%20consolidados>. Acesso 28 de junho de 2024

Neste ponto, as políticas de cotas e as universidades públicas possuem o desafio de compreender o porquê da baixa permanência dos alunos negros dentro de Programa de Pós-Graduação (PPG). Desde 2017, duas universidades públicas, por iniciativa de alunos³, se propuseram a ajudar candidatos cotistas a ingressarem no sistema de pós-graduação realizando cursos preparatórios. Os projetos preparavam os candidatos para o processo seletivo, por meio da leitura do edital, de aulas focadas na bibliografia da prova, preparação do pré-projeto e para entrevistas. Ou seja, o curso “traduzia”/decodificava para aqueles indivíduos como funcionava o sistema de ensino superior no qual desejavam ingressar e o que eles deveriam fazer para conseguir uma vaga.

De origens culturais e sociais variadas que nem sempre condiziam com o formato de conhecimento chancelado pela academia, os alunos presentes estavam dispostos a se adequar à lógica de avaliação construída pelas instituições. Embora estivessem concorrendo pelo sistema de cotas, todos eles teriam que passar por uma prova, por uma análise de projeto e por uma entrevista. Ou seja, seriam avaliados dentro de uma política de conhecimento que, construída ao longo de um contexto histórico e cultural, traduz as relações de poder hegemônicas a serem codificadas/decodificadas pelos candidatos que desejosos de ingressar naquele espaço.

Acontece que, por vezes, o conhecimento que precisa ser decodificado pelos indivíduos enaltece o modelo “moderno-colonial-racial”, no qual o homem ocidental, considerado como superior, é colocado no centro epistêmico. Com a entrada dos grupos minoritários, porém, observou-se que esse modelo eurocêntrico de emergência passou a ser questionado e a emergência de um outro modelo se faz presente como meio de conhecimento.

Segundo Santos (2004), o conhecimento produzido pelas universidades ao longo do tempo é um conhecimento disciplinar cuja processo de produção fica descontextualizado das premissas do cotidiano da sociedade. Na lógica desses processos, os pesquisadores determinam os problemas científicos a resolver, definem a sua relevância, estabelecem os métodos de pesquisa e os prazos. Sendo assim, o autor aponta que é um conhecimento homogêneo e hierárquico, à medida que os sujeitos que participam da produção partilham os mesmos interesses, os mesmos conhecimentos, têm

³ Os alunos que incentivaram o projeto contavam com auxílio de pós-docs que trabalham na instituição de ensino.

a mesma formação e a mesma cultura científica e fazem-no conforme as hierarquias e regras institucionais.

A instituição universitária e o ethos universitário foram moldados por este processo e por este modelo de conhecimento. Todavia, ao longo do tempo, a universidade ganhou outros corpos que não vivenciaram nem foram moldados por esse processo de produção e que desestabilizaram o modelo padrão, apontando para a urgência de um elemento plural que possa de fato privilegiar todos. Sabe-se que a caminhada de jovens negros para a universidade, apesar das políticas de cotas, ainda depende de padrões impostos e geridos por relações hegemônicas de poder. Dentre eles, o plano de ingresso desses sujeitos, por excelência, apresenta-se como pequenos filtros para os alunos de origem popular que não tiveram a chamada “iniciação científica”, uma iniciativa que não se encontra presente em boa parte das instituições superiores particulares e mesmo nas públicas não está disponível para todos os alunos. Ele limita o campo de possibilidades de ingresso e faz com que nem todos os negros entrem neste espaço, ou, desejando entrar, sintam-se, em um curto tempo incapazes de apreender todos os meandros exigidos pela universidade.

Dessa maneira, os candidatos negros necessitam criar estratégias de entrada e permanência no local. A compreensão da permanência desses corpos, neste momento, não será problematizada; mas, sim, as estratégias e códigos comunicacionais que atravessam a trajetória do aluno negro que decide pleitear o seu lugar na pós-graduação. A conquista de uma vaga dentro do espaço de pós-graduação é fruto de uma série de variáveis que vão do carisma à capacidade de jogar com as normas da disciplina, assim como o conhecimento exigido pelos editais. E a adesão do elemento fundamental para conquistar a posição, a inteligência institucional, revela-se pelo grau de compreensão manifesto quanto às regras do jogo educacional e à maneira de jogar com elas.

Sendo assim, apesar da criação das cotas raciais, percebe-se por meio dos cursos preparatórios para alunos negros, a necessidade de que esses sujeitos construam uma inteligência institucional que os faça ter alguma disposição para a “tradução” em adequar o comportamento (conhecimento) às regras do jogo, visto que, nesse campo em que a defesa das posições são mais arraigadas, se faz necessário observar os códigos visíveis e invisíveis arbitrados pelo critério da meritocracia e impostos ao corpo negro.

BIBLIOGRAFIA:

BARBOSA, Livia. **Igualdade e meritocracia**: a ética do desempenho nas sociedades modernas. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Cordeiro, Maria José de Jesus Alves. **Negros e Indígenas Cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Departamento de Educação. São Paulo, SP, 2008, p. 260

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 2005. São Paulo, Paz e Terra

HALL, Stuart. **Que ‘negro’ é esse na cultura Negra?** In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: 2013, 2º Ed.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Éditions La Découverte, Paris, 2018.

MARTINS, Zilda. *Cotas raciais e o discurso da mídia: um estudo sobre a construção do dissenso* Appris Editora; 1ª edição, 2018

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.

NASCIMENTO da Silva, R. (2024). **A coletividade negra contra o trauma colonial: meritocracia, colonialidade do saber e filosofia quilombola**. E-Compós. <https://doi.org/10.30962/e comps.2962>

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. *Comunicação e Cultura das Minorias*. In: SOVIK, LIV (org). **A Branquitude e o Estado da Mídia Brasileira: Algumas Anotações com Base em Guerreiros Ramos**. Rio de Janeiro: Paulus, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. 1º. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Souza de Boa Ventura. **A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2004 (3ª edição).

Silva, Bruna Caroline Moreira. **Desconstruído Mitos: Meritocracia e a Lei de Cotas**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa. – Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Administração e Contabilidade. Programa de Pós-graduação em Administração. Viçosa, MG, 2017, p. 114

SILVA, R. **Por uma ética coletiva negra: os cursos preparatórios para pós-graduação e o tensionamento do dispositivo meritocrático na universidade**. 264f. 2023. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

SILVA, R. Por uma ética coletiva negra: cursos preparatórios para pós-graduação e à crítica a lógica meritocrática. Cadernos IS-UP, v. 2, n. 2, p. 53-60, 2022.

SILVA, R; BARBOSA, Z. Comunidade de aprendizado na pós-graduação: cursos preparatórios em uma dialogia que nasce da solidariedade. Comunicação & Educação, Universidade de São Paulo, v. 26, n. 2, p. 149-164, 2022.

SODRÉ, Muniz. Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2015, 3º ed.